

A violência na América Latina: uma realidade sem solução?*

Pierre Salama**

Professor Emérito da Universidade Paris Nord (Paris XIII), no Centro de Economia da Universidade Paris Nord (CEPN), na Unidade de Pesquisa 711, Pesquisador do Centro Nacional da Pesquisa Científica (CNRS), em Paris, na França

Resumo

Na maioria dos países da América Latina, as taxas de homicídio são muito maiores que nos países desenvolvidos. Elas crescem em alguns países, decrescem em outros, ou estabilizam-se. Elas se elevam fortemente em alguns, mas diminuem significativamente em outros, desde o início dos anos 2000. Os traficantes de drogas e a evolução das organizações criminosas desempenham um papel especial. As causas do aumento e da redução da violência são muitas e complexas. Reduzir a violência, quando ela atinge o nível que se conhece em muitos países latino-americanos, é algo como tentar tornar o círculo quadrado. Essa é dificuldade. Existe um conjunto de pré-requisitos para tornar a sociedade mais coesa e diminuir a violência: reduzir substancialmente as desigualdades socioeconômicas; promover uma distribuição de renda mais igualitária; desenvolver a educação primária, a secundária e a vocacional com qualidade; inventar políticas voltadas para a cidade; melhorar a qualidade das instituições, incluindo, especialmente, a Justiça e a Polícia; desenvolver uma política para as cidades, como foi feito em Bogotá e começa a ser feito nas “favelas pacificadas”, no Brasil, em contraste ao que é observado no México, onde se privilegia a repressão e onde a corrupção é muito elevada.

* Artigo recebido em set. 2012 e aceito para publicação em out. 2013.

** E-mail: pierresalama@gmail.com

Tradução de Sandra Dias Loguercio, Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade Sorbonne-Nouvelle (Paris III) e Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Palavras-chave

Violência; América Latina; pobreza.

Abstract

In most Latin American countries homicide rates are much higher than in developed countries. It increases in some countries, decreases in others or stabilizes. It grows strongly in a few cities but decreases significantly in others since the beginning of the years 2000. The drug traffickers and the evolution of criminal organizations play a special role. The causes of the increase and the reduction of violence are many and complex. To reduce violence when it reaches the level that we know in many Latin American countries is a bit like trying to do the squaring of the circle. That is the difficulty. There is a set of prerequisites to make a more cohesive society and to reduce violence: substantially reduce socio-economic inequalities, to promote a more egalitarian income distribution, to develop a primary, secondary, and vocational quality education, to invent the city policies, to improve the quality of institutions, including and especially that of justice and police, to develop a policy of the city as it was done in Bogotá and as it starts to be done in the “pacified favelas” in Brazil in contrast to what is observed in Mexico where repression is privileged and corruption is very high.

Key words

Violence; Latin America; poverty.

Classificação JEL: I3, O2.

Na maioria dos países da América Latina, a intensidade da violência é muito maior do que em países avançados. Situações de fracasso frequentes na luta contra a violência, poucas situações de sucesso, uma corrupção muito forte, inclusive em cargos de grande responsabilidade, geram desconfiança, por menor que seja, em relação às instituições de grande parte dos países latino-americanos. De acordo com o levantamento do Latinobarômetro, em 2007, 76% da população consideram como garantidos os direitos civis e políticos. No entanto, somente 22% dos latino-americanos acreditam que o acesso à Justiça é igual para todos, esse número caindo para 10% na

Argentina e no Brasil. Em 2005, uma enquete realizada pelo instituto de pesquisa mostrava que 33,1% da população não confiam de forma alguma na Justiça e que 33% confiam pouco; por outro lado, apenas 23% da população se consideram protegidos de crimes, sendo esse número de 9% na Argentina e de 12% no Brasil. A pesquisa realizada em 2007 revela ainda que a confiança na Polícia está diminuindo: 31% da população não confiam de forma alguma na Polícia, 29,8% confiam medianamente, e 24,9% confiam pouco. Quanto à questão que perguntava se a vida é “cada dia” mais segura, apenas 9% responderam de modo afirmativo — 2% e 6%, respectivamente, na Argentina e no Brasil, ou seja, uma porcentagem menor que os 18% na Colômbia —, e 63%, de modo negativo.

Será possível fazer uma associação entre a torrente da violência em todas as formas presentes em alguns países latino-americanos e: (a) as desigualdades de renda, de patrimônio, que são particularmente consideráveis?; (b) a amplitude da pobreza?; (c) as despesas sociais que avançam, mas continuam insuficientes, sobretudo no que diz respeito à educação?; (d) as instituições fragilizadas pelo peso administrativo, pela pouca transparência, pela corrupção?; (e) o aumento do narcotráfico?; (f) uma urbanização não controlada?; (g) a insuficiência da repressão, um quadro de policiais extremamente reduzido e uma Justiça completamente ineficiente ou mesmo laxista?; (h) as recentes guerras civis, as ditaduras que deixaram marcas significativas no comportamento tanto das forças da ordem quanto dos cidadãos?

Na verdade, todos esses fatores intervêm em maior ou menor grau, mas, se há considerações sobre a violência que exigem precaução, são aquelas que, restringindo-se à superfície dos problemas, estabelecem relações simples, aparentemente evidentes, como, por exemplo, a que poderia existir entre o nível de pobreza e o grau de violência. Como observa a antropóloga brasileira Alba Zaluar, especialista em violência urbana, em uma entrevista publicada, em 2001, pela revista **Revista Brasileira de Ciências Sociais**:

[...] é claro que há uma concentração de certos tipos de crimes na população pobre, **porém** isso se deve a um conjunto de fatores: [...] é justamente nos bairros onde o tráfico de drogas está mais presente e mais forte, onde a presença policial é rara, onde as políticas sociais são mais raras ainda, que a criminalidade é maior (Zaluar; Leal, 2001, grifo nosso).

As relações de causalidade são, portanto, múltiplas. Os pobres não são perigosos por natureza. Se se considerar uma mesma extensão de pobreza aqui ou ali, observa-se um aumento ou uma redução da violência. Uma melhora da situação social da população, uma diminuição das desigualdades, pode vir acompanhada tanto de um aumento como de uma diminuição

da violência. Em alguns países, vê-se uma redução, em outros um aumento; da mesma forma que alguns grandes centros urbanos veem o índice de violência diminuir, ao passo que algumas cidades medianas veem esse índice aumentar.

As causas da violência são múltiplas, sendo que algumas estão enraizadas em um passado de colonização e de guerras. Mas não são essas que se analisarão aqui. O estudo limitar-se-á à análise dos determinantes socioeconômicos dos últimos 15 anos que fazem com que a violência evolua, seja para cima, seja para baixo.

A violência é multiforme. Muitas agressões, roubos, estupros, espancamentos não são denunciados, devido à grande desconfiança em relação à Polícia, tanto que os dados referentes a esses casos não são muito seguros (Kessler, 2010, 2010a). Tratar-se-á aqui, portanto, especificamente, da violência criminal relativa aos homicídios, em razão da maior confiabilidade dos dados. Essa é maior (Argentina, Chile, Uruguai) e, mesmo, muito maior (El Salvador, Colômbia, Guatemala, Brasil, Venezuela, México, dentre outros) do que aquela constatada em países avançados.

Traçar-se-á, inicialmente, um panorama da violência, e, após analisadas as organizações criminais, estudar-se-ão as causas socioeconômicas da evolução da violência homicida.

1 Panorama da violência

Os dados fornecidos pelas instituições nacionais, pelas Polícias Municipal e Federal, pela Justiça, pelo necrotério, etc., em cada país, não são homogêneos. Até 2002, a Interpol fornecia dados com base nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes, em diferentes países. Esses dados eram reconstruídos, a fim de poderem ser comparados entre os países. Como, a partir de 2002, o acesso a essas informações ficou restrito, utilizar-se-ão, então, dados nacionais a contar desse ano.

1.1 Atualidade da violência

1.1.1 As regiões atingidas

Segundo a Interpol, os dados relativos às taxas de homicídios a cada 100 mil habitantes, no período de 1995-2002, revelam que:

- a) existe uma grande disparidade entre os países. El Salvador, Colômbia e Brasil apresentam taxas de homicídios particularmente altas,

sobretudo se comparadas às do Canadá ou mesmo às dos Estados Unidos. Diferentemente de países do Cone Sul, como Argentina, Uruguai e Chile, que apresentam taxas próximas àquelas dos países avançados;

- b) a criminalidade aumenta em alguns países, com em El Salvador, no Brasil e na Venezuela, e diminui em outros, como na Colômbia e no México, permanecendo em níveis muito altos em certos países.

A situação mudou ao longo dos anos 2000. De acordo com as fontes nacionais, as taxas de homicídios na América Central atingiram um grau de violência extrema e tenderam a aumentar entre 1999 e 2009, mais fortemente, a partir de 2004, em Honduras e El Salvador e mais lentamente nos demais países. Os principais países atingidos são Honduras, com uma taxa de homicídios que foi de 41 em 1999 a 68 em 2009, El Salvador, em que passou de 30 a 51, e Guatemala, elevando-se de 24 a 47.

Sem chegar a esses níveis, a taxa de homicídios aumentou, porém consideravelmente, no México, onde passou de 7 em 2006 a 22 em 2010. A taxa de execução (assassinatos entre gangues ligadas à droga) é particularmente alta nesse país, chegando a 10 para cada 100 mil habitantes em 2010, ou seja, aproximadamente a metade da taxa de homicídios observada no país.

Por outro lado, alguns países latino-americanos apresentam uma redução da taxa de homicídios ao longo dos anos 2000: na Colômbia, ela caiu de 64 (2000) para 39 (2009); na Argentina, de 7,2 para 5,5 no mesmo período. Esta, assim como o Chile e o Uruguai, apresenta uma taxa de homicídios baixa, aproximando-se daquela observada em países europeus. No Brasil, após essa taxa ter sido multiplicada por 2,5 entre 1980 e 2003, observa-se uma leve baixa a partir de 2003, tendendo à estabilização de 2008 a 2010, em torno de 25-26 a cada 100 mil habitantes, uma taxa, de todo modo, relativamente alta (Waiselfisz, 2012).

Brasil

Quando se consideram os diferentes estados que compõem o Brasil, observa-se uma disseminação da violência global. Dos 27 estados, 20 apresentam um aumento, às vezes considerável, da taxa de homicídios. São principalmente aqueles das Regiões Norte e Nordeste. O Estado da Bahia mostra uma progressão da taxa de homicídios extremamente alta, 303% no período entre 2000 e 2010, seguido pelo Maranhão, com 262%, e pelo Pará, com 252%. Em compensação, sete estados mostram uma queda mais ou menos significativa da taxa de homicídios, como o Estado de São Paulo,

com -67%, o Estado do Rio de Janeiro, com -48,6%, e o de Pernambuco, com -28,6%.

A taxa de homicídios difere muito, quando comparadas as grandes regiões: ela é particularmente alta, em 2010, no Norte e no Nordeste, regiões onde o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é o menor, mas também na Região Sul, onde o PIB por habitante é mais alto. Nessas três regiões, a taxa de homicídios aumenta entre 2000 e 2010, como se pode ver na Tabela 1. Nas regiões mais ricas, como o Sudeste e o Centro-Oeste, essa taxa, muito alta em 2000, caiu nos anos seguintes, principalmente no Sudeste (66%).

Tabela 1

Evolução da taxa de homicídios, por região, no Brasil — 2000-10

REGIÕES	2000	2005	2010	VARIAÇÃO 2000-10 (%)
Norte	18,6	25,1	37,4	100,9
Nordeste	19,3	25,4	34,0	76,4
Sudoeste	36,6	27,6	19,0	-48,1
Sul	15,3	20,8	23,6	53,6
Centro-Oeste	29,4	28,2	30,02	2,6

FONTES: Waiselfisz (2012, p. 25).

México

A violência relacionada ao tráfico de entorpecentes no México espalhou-se cada vez mais pelo do país, sobretudo a partir de 2006. De maneira geral, as zonas onde a taxa de homicídios é alta multiplicaram-se cada vez mais, como se pode constatar nos três mapeamentos tirados do estudo do Instituto Trans-border da Universidade de San Diego (Trans-Border Institute, 2011). Apesar da disseminação, no entanto, os homicídios estão concentrados em quatro estados, que somam 84% dos homicídios, quais sejam: os Estados de Chihuahua, Sinaloa, Baixa Califórnia, no norte do país, e Guerrero, no sudoeste.

1.1.2 As cidades atingidas

No topo das 10 cidades com mais de 500 mil habitantes com taxas de homicídios mais altas da América Latina em 2009, cinco são mexicanas (Ciudad Juarez, Acapulco, Torreon, Chihuahua e Durango), duas são brasileiras (Maceió e Belém), e a mais violenta é uma cidade hondurenha (San Pedro Sula). Cidades como Medellín, Cali e Bogotá, na Colômbia, apresen-

taram uma grande queda na taxa de homicídios. Em 2009, Cali ocupava o 11º lugar das cidades mais perigosas; Medellín, o 14º; e Bogotá não está mais entre as 25 primeiras cidades.

Boxe 1

A extrema violência

Ainda que pareça arbitrário dar um número para quantificar a intensidade da violência, pode-se considerar que uma taxa de homicídios que atinja 100 a cada 100 mil habitantes, como é observado em algumas cidades do México, do Brasil e da América Central, marque o limiar a partir do qual a violência se torna incontrollável. Quando um país chega a uma situação de extrema violência, como ocorreu na Colômbia, nas décadas de 80 e 90 do século XX, como ocorre, hoje, em alguns países da América Central e como se vê nas cidades mais atingidas pelo aumento da violência, no México, o elo social é quebrado, e as nações tornam-se cada vez menos coesivas. Quando os conflitos não são resolvidos e a violência se autoalimenta, quando, por exemplo, a indústria da droga se torna a tal ponto lucrativa para os narcotraficantes, para os paramilitares e, às vezes, para segmentos das Forças Armadas, enfim, quando essa indústria consegue levar o Estado, a partir de seu interior, à gangrena, a violência adquire, então, aspectos singulares: ela passa a causar anomia. A violência assim liberada, generalizada,

[...] não se deixa transformar nem em uma guerra política, nem em um conflito social [...], somente uma pequena porcentagem pode ser diretamente atribuída a causas políticas ou à ação de grupos organizados de narcotraficantes, estando as maiores porcentagens relacionadas a acertos de conta ou a disputas rotineiras (Pécaut, 1994).

Essa violência despolitizada, banalizada, generalizada, na qual o Estado perdeu “o monopólio da violência legítima” (Max Weber), transforma-se em **terror**, segundo Pécaut, que acrescenta:

A passagem para o terror corresponde a um momento em que os protagonistas recorrem a meios que visam quebrar os elos sociais que definiam a particularidade de determinados setores da população, setores que se tornam a partir daí submetidos a um império contra o qual não podem recorrer a um terceiro, a nenhuma instituição reconhecida (Pécaut, 1998).

No conjunto, as capitais brasileiras são menos atingidas pela violência do que os próprios estados e apresentam uma queda mais rápida de sua taxa de homicídios. A taxa de homicídios nas capitais diminuiu 22,8% entre 2000 e 2010. Essa diminuição não diz respeito a todas as capitais. Das 27 capitais, 13 passaram por uma queda; as demais, por um aumento da taxa de homicídios (Tabela 2). A diminuição dessa taxa é significativa, principalmente, em São Paulo (-80%), no Rio de Janeiro (-57,6%) e em Recife (-40,6%). Essas três capitais, extremamente perigosas em 2000, eram bem menos em 2010 (Mello; Schneider, 2007).

Tabela 2

Capitais cuja taxa de homicídios diminuiu no período, no Brasil — 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	2000	2010
Recife		
Lugar	1°	4°
Taxa de homicídios	97,5	57,9
São Paulo		
Lugar	4°	27°
Taxa de homicídios	64,8	13
Rio de Janeiro		
Lugar	6°	23°
Taxa de homicídios	56,5	24,3
Vitória		
Lugar	2°	3°
Taxa de homicídios	79	67,5
Porto Alegre		
Lugar	12°	16°
Taxa de homicídios	39,2	36,8
Belo Horizonte		
Lugar	16°	17°
Taxa de homicídios	34,8	34,9
Brasília		
Lugar	14°	18°
Taxa de homicídios	37,5	34,2

FONTE: Waiselfisz (2012, p. 30).

Para se ter uma ideia mais clara, em 2000, Recife ocupava o primeiro lugar na lista das cidades brasileiras mais violentas, com uma taxa de homicídios de 97,5. Em 2010, Recife aparece em quarto lugar. Entre 2000 e 2010, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam uma evolução semelhante, mas sua periculosidade tornou-se ainda bem menor do que a de Recife. São Paulo ocupava a quarta posição e passou para a 27ª, com uma taxa de homicídios de 13 a cada 100 mil habitantes, o que corresponde à metade da taxa do Brasil. Já o Rio de Janeiro passou da sexta posição para a 23ª da lista, com uma taxa de homicídios mais ou menos próxima à da média brasileira, qual seja, 24,3. Capitais como Brasília, Porto Alegre e Vitória apresentaram uma pequena melhora tanto de sua classificação quanto da taxa de homicídios. Em compensação, Belo Horizonte melhorou um pouco sua classificação, mas sua taxa de homicídios, relativamente alta, continua estável (Tabela 2). Outras capitais brasileiras, como Maceió, João Pessoa, São Luís, Belém e Salvador apresentaram um aumento impressionante da taxa de homicídios, situada em 50 ou mais a cada 100 mil habitantes (Tabela 3).

Tabela 3

Capitais cuja taxa de homicídios aumentou no período, no Brasil — 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	2000	2010
Maceió		
Lugar	8°	1°
Taxa de homicídios	45,1	109,9
João Pessoa		
Lugar	13°	2°
Taxa de homicídios	37,8	80,3
São Luís		
Lugar	24°	5°
Taxa de homicídios	16,6	56,1
Curitiba		
Lugar	20°	6°
Taxa de homicídios	26,2	55,9
Salvador		
Lugar	25°	7°
Taxa de homicídios	12,9	55,5
Belém		
Lugar	21°	8°
Taxa de homicídios	25,9	54,5
Manaus		
Lugar	17°	11°
Taxa de homicídios	33	45,9

FONTE: Waiselfisz (2012, p. 30).

Na maioria dos países latino-americanos, com exceção dos da América Central e de parte do México, a criminalidade tende a diminuir nas grandes cidades, mas avança nas cidades médias e em algumas grandes cidades atingidas principalmente pelo tráfico de drogas. A violência, em cidades como Ciudad Juarez e Chihuahua (México), teve um aumento de 20% a 30% entre 2000 e 2010 e elevou-se 170% em municipalidades menores, antes pouco atingidas pela violência (Guerrero Gutiérrez, 2011, p. 11).

1.1.3 As vítimas

Quem são as vítimas dessa violência? Ela atinge todos os membros da sociedade: vítimas do narcotráfico, de atividades ilícitas diversas, de crimes passionais e crapulosos, sejam membros dos grupos criminosos, sejam aqueles que sofrem os efeitos colaterais das guerras entre cartéis, da repressão do Exército ou da Polícia.

As vítimas são sobretudo homens e relativamente poucas mulheres. A taxa de homicídios femininos não é muito alta, ficando entre 2,6 e 9,1 a cada 100 mil habitantes nos estados brasileiros, ao passo que a taxa média de homicídios no País era de 25-26 por 100 mil habitantes em 2010. No Estado de São Paulo, era de 3,1, quase a mesma do Estado do Rio de Janeiro, que era de 3,2. No México, a taxa de homicídios femininos (feminicídios) é muito maior na fronteira com os Estados Unidos, principalmente na Ciudad Juarez, uma das cidades mais violentas, onde o índice de desaparecimentos e de mortalidade de jovens mulheres é alto.

As vítimas são essencialmente jovens. No caso dos homens, a taxa de homicídios é elevada sobretudo na faixa etária de 15 a 34 anos. No México, na Ciudad Juarez, uma das cidades mais perigosas do Mundo, a taxa de homicídios é maior entre os 18 e os 35 anos (Cruz, 2011). No Brasil, entre os 15 e os 19 anos, essa taxa era de 43,7 em 2010, ou seja, quase o dobro da média nacional. Ela se torna ainda mais alta entre os 20 e os 24 anos, subindo para 60,9, diminui um pouco entre os 25 e os 29 anos, chegando a 51,4, e continua a diminuir nas faixas etárias mais avançadas, sendo de 41,8 entre os 30 e os 34 anos, 32,5 entre os 35 e os 39 anos e de 25,2 na faixa etária seguinte, quando alcança a média nacional.

Essas taxas de homicídio afetam, em média, de modo significativo, a esperança de vida masculina. Em 2000, a esperança de vida ao nascimento de homens com idade de 15 a 44 anos estava reduzida em 2,89 anos, em Recife; em 2,21 anos, no Rio de Janeiro; em 2,48 anos, em São Paulo, muito mais do que em Belo Horizonte (1,18) ou do que em Porto Alegre (1,12). Aos 20 anos, a esperança de vida cai 2,42 anos em Recife, 1,76 ano no Rio de Janeiro e 2,01 anos em São Paulo. Aos 50 anos, em compensação, a probabilidade de uma redução da esperança de vida é muito pequena.

No Brasil, a taxa de mortalidade em cada 100 mil habitantes relacionada ao uso de armas de fogo é 66 vezes maior do que na França, no início dos anos 2000. A violência não está associada somente a criminosos, ela é também policial. Em 2007, a Polícia matou mais de 1.300 jovens no Rio de Janeiro e quase 500 em São Paulo. Devido à guerra contra os cartéis da droga desde 2006, no México, a violência está relacionada sobretudo a grupos armados que lutam entre si pelo controle das rotas de droga, o que lembra muito, por sinal, as guerras entre gangues norte-americanas na época da proibição da venda de álcool (1920-30). Com a fragmentação dos cartéis, a violência entre gangues produz desgastes colaterais significativos: não sendo mais capazes de identificar seus adversários, alguns agentes de grupos rivais se escondem em meio à população, para observar a chegada das forças repressivas ou de grupos rivais (Guerrero Gutiérrez, 2011,

2011a). O Exército, em sua luta contra os narcotraficantes, tampouco está isento de desgastes colaterais.

2 Organizações criminosas

Ainda que suas atividades sejam frequentemente complementares, as gangues e os cartéis não atuam nos mesmos campos nem têm os mesmos objetivos. As primeiras intervêm no limite do bairro de uma cidade; os segundos buscam controlar rotas para transportar a droga. As primeiras revendem a droga e, normalmente, agrupam-se (Cohen; Rubio, 2007; Rodgers, 1999; Rubio, 2005; WOLA, 2007); enquanto os segundos a transportam, principalmente, para os Estados Unidos. Os cartéis recorrem portanto, com frequência, às gangues — *pandillas* para os mexicanos —, mas suas atividades, mesmo sendo complementares, não se confundem.

2.1 O crime organizado e as gangues de rua na América Central

Presentes sobretudo na América Central e no norte do México, as gangues têm atividades criminosas variadas. O número de integrantes das gangues de rua é muito alto: 500 para cada 100 mil pessoas em Honduras, 153 em El Salvador. Os membros das gangues são recrutados, principalmente, entre os jovens oriundos de camadas pobres da população, excluídos do sistema escolar, mas também, em um grau menor, porém significativo, entre os que estudam. Assim 5,5% dos jovens escolarizados integram gangues no Panamá e 3% na Nicarágua. Vale notar que os jovens escolarizados que fazem parte de alguma gangue têm uma probabilidade muito menor de cometer um crime do que os demais membros de gangues, sobretudo quando se trata de homicídios relacionados ao tráfico de droga (Cohen; Rubio, 2007, p. 13-14). A educação reduz a probabilidade de cometer atos violentos, mas, se não dá acesso às profissões almeçadas e leva ao declínio social, pode gerar violência. Entre aqueles que estudam, a relação tende a ser mais complexa do que aquela que normalmente associa gangues e criminalidade ao grau de pobreza: os jovens que têm uma renda mediana são os que têm mais probabilidade de pertencer a uma gangue, e não os mais pobres ou mais os ricos. A origem social tem um papel diferente conforme se é pobre e/ou se têm dificuldades na escola. No entanto, no caso daqueles que apresentam dificuldades escolares e abandonam os estudos, quan-

to mais baixa for sua renda, maior a probabilidade de pertencer a uma gangue.

Boxe 2

Microculturas das gangues

As gangues não apresentam o mesmo grau de criminalidade: algumas praticam delitos menores, outras constituem quadrilhas criminosas. Há, evidentemente, passagens de um tipo de organização para outro, sem que se possa considerar, com isso, que todos os membros de gangues estejam vinculados à grande criminalidade. Muitos são aqueles que abandonam a gangue passados alguns anos, ou porque foram presos, ou porque optaram por outra vida, sem contar aqueles que morrem. O que se observa, porém, em inúmeros países, é que há uma tendência maior hoje de permanecer na gangue do que havia no passado.

De modo geral,

[...] a gangue dá um poder a indivíduos que têm a impressão de não ter nenhum: a pessoa à sua frente que está com medo, que atravessa a rua ao lhe perceber, reconhece em você uma existência e um poder. É uma inversão da dominação, uma espécie de vingança contra a sociedade. No fundo, a gangue alimenta medos e se alimenta dos medos [...] por sua sobrevivência, para não explodir devido às dissensões, esse tipo de grupo precisa de conflitos com o exterior, com habitantes, com outros grupos, com a polícia, etc. Por fim, não se deve esquecer que a gangue é um espaço de solidariedade e de convivência. Ela desempenha uma função de proteção para seus integrantes em um universo marcado por códigos da rua (Mohammed, 2007).

De acordo com Haut e Quéré (2001, p. 76): “A microcultura das gangues propõe valores bem diferentes das normas sociais gerais. A atividade criminosa é considerada como o meio normal de promoção social e de promoção do poder”.

Essa vida de gangues exalta a amizade entre os membros, mas rejeita os valores tradicionais, tanto os estudos quanto o trabalho. Encontrar-se para perambular, beber ou se drogar é um valor-chave. É preciso também provar que se é homem por suas proezas sexuais, seu dom para o combate, sua presteza em defender a honra, o grupo ou os amigos (Haut; Quéré, 2001, p. 78).

“O meio cultural das gangues é feito de niilismo, de fatalidade, de uma violência onipresente” (Haut; Quéré, 2001, p. 83). E, no mesmo documento, os autores acrescentam: “O *gangsta rap* é uma música violenta, agressiva, racista, sexista” (Haut; Quéré, 2001, p. 82).

Os grafites têm sempre um sentido bem preciso [...] de delimitação do território [...] as gangues de rua recorrem há muito tempo ao grafite [...], que permite saber quem domina este ou aquele território e conhecer seu centro e suas fronteiras. Normalmente os códigos pichados lançam desafios ou expressam uma vontade de dominação [...] as gangues usam o grafite para se difundirem e exalterem sua identidade” (Haut; Quéré, 2001, p. 88-89).

Na América Central, no norte do México, essa cultura atinge um grau tão extremo que a situação tende a se tornar incontrolável.

O caso das **Maras** na América Central é interessante de analisar. Esses grupos, particularmente violentos, nascem em reação à decisão política de expulsar em massa os imigrantes ilegais (salvadorenses e hondurenses principalmente), com tatuagens bem marcantes, que pertenciam a gangues de rua de Los Angeles e se dedicavam a atividades criminosas relacionadas à droga em seus países de origem. Com o retorno forçado para seu país, eles estabeleceram elos com os Estados Unidos e se tornaram mais fortes. As políticas de repressão, as chamadas *mano dura*, usadas para combater essas gangues intensificaram a violência, devido à baixíssima qualidade das instituições (grande corrupção da Polícia, que, além disso, está envolvida com o tráfico e é acostumada a matar em alguns países, hábito que surgiu durante a Guerra Civil) (Wola, 2007). Atualmente, os cartéis da droga, como Los Zetas¹ no México, aproveitam-se das gangues de rua, usando seus membros como “soldados”².

2.2 Os cartéis da droga no México e sua fragmentação

Convém distinguir, entre os cartéis, aqueles que têm como objetivo a produção, o transporte e a distribuição da droga e aqueles cujo objetivo principal é transportá-la de um ponto a outro, do lugar onde é produzida, ou onde é entregue no país, para os Estados Unidos. Os primeiros visam controlar seu território. É o caso da Colômbia nos anos 90 do século XX. Não podendo mais o Estado cumprir suas funções (eletricidade, habitação ou mesmo segurança), os cartéis substituíram-no nesses territórios e, com isso, por um lado, o Estado perdeu o controle de uma parte da nação e, por outro, os cartéis adquiriram uma certa legitimidade em meio às populações mais pobres. Os segundos tentam controlar “rotas” da droga. A política de repressão estabelecida pelo Presidente do México Calderón, desde o início de seu mandato, em 2006, levou a uma fragmentação dos cartéis (Quadro 1), a uma diversificação de suas atividades de extorsão e de controle da imigração ilegal (Sandoval, 2012; Sullivan; Elkus, 2011) e a novas relações com as *pandillas*.

¹ No México, Los Zetas constituem um cartel de droga conhecido por sua ferocidade e por seu simbolismo fúnebre. Muitos deles provêm de um corpo de policiais de elite criado no México e formado nos Estados Unidos para lutar contra o tráfico de drogas. Depois de servir ao Cartel do Golfo, tornaram-se independentes e buscaram controlar as rotas no México e também na Guatemala.

² Sobre a evolução das organizações criminosas, ver Sullivan (2012), Sullivan e Elkus (2010).

Quadro 1

Fragmentação dos principais cartéis no México — 2006-10

2006	2007-09	2010
Cartel do Pacífico	Cartel do Pacífico Cartel dos Beltan-Leyva	Cartel do Pacífico Cartel do Pacífico Sul Cartel independente de Acapulco Cartel La Barbie
Cartel de Juarez	Cartel de Juarez	Cartel de Juarez
Cartel de Tijuana	Cartel de Tijuana Fração El Teo	Cartel de Tijuana Fração El Teo
Cartel do Golfo	Cartel do Golfo-Zetas	Cartel do Golfo Los Zetas
La familia Michoacana	La familia Michoacana	La familia Michoacana
Cartel do Milênio	Cartel do Milênio	A Resistência Cartel de Jalisco, nova geração
Total de seis cartéis	Total de oito cartéis	Total de 12 cartéis

FONTE: Guerrero Gutierrez (2011a).

A instabilidade das “rotas” mexicanas da droga, resultado das políticas antidrogas, e os lucros muito altos obtidos do transporte da droga avivam a “concorrência” entre os grupos, traduzindo-se por um número altíssimo de homicídios ligados ao tráfico de drogas (mais de 50.000 entre 2006 e 2011), sobretudo a partir de 2006, com a militarização da repressão. O número de execuções não parou de crescer desde então. Como se mencionou anteriormente, a taxa de homicídios era relativamente baixa até 2006, por volta de 10 para cada 100 mil habitantes. A partir desse ano, porém, ela cresceu rapidamente e passou, em 2010, para 21,70, em que quase a metade se deve a execuções. Segundo o Governo mexicano, 80% das execuções registradas entre dezembro de 2006 e dezembro de 2010 ocorreram em 162 municípios, sendo que o País conta com 2.456 municípios. Apenas quatro municípios concentram 36% das execuções, sendo 20% na Ciudad Juarez (Guerrero Gutiérrez, 2011, p. 25).

As causas desse aumento da violência prendem-se, igualmente, aos efeitos não desejados da política repressiva. Atingidos pela repressão, os cartéis dividiram-se, como mostrado no Quadro 1, e essa divisão levou-os a guerras de sucessão para garantir o poder.

Em seu estudo, Guerrero Gutiérrez (2011a) mostra que, no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2010, a violência cresceu nos três meses que se seguiram à prisão ou à eliminação de um chefe de cartel em inúmeros casos. Se se compararem, assim, a taxa de homicídios antes e a de depois da prisão ou da morte de um chefe de cartel, a violência cresceu, após esse acontecimento, em 68% dos casos.

Boxe 3

Entrevista: cartéis e filosofia niilista

A entrevista realizada, na prisão, pelo jornal carioca **O Globo**, em novembro de 2007 (Camacho, 2007), com Márcio Camacho (o Marcola), líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, ainda que datada, é significativa da violência nas grandes cidades, que evolui para uma quase guerrilha urbana conduzida, das prisões, por líderes de organizações criminosas extremamente poderosas:

[...] meus soldados todos são estranhas anomalias do desenvolvimento torto deste país. Não há mais proletários, ou infelizes ou explorados. Há uma terceira coisa [...] se educando no absoluto analfabetismo, se diplomando nas cadeias, como um monstro Alien escondido nas brechas da cidade. Já surgiu uma nova linguagem. [...] É outra língua. Estamos diante de uma espécie de pós-miséria. Isso. A pós-miséria gera uma nova cultura assassina, ajudada pela tecnologia, satélites, celulares, Internet, armas modernas. É a merda com *chips*, com *megabytes*.

Perguntado quanto ao medo de morrer, objeta:

Vocês é que têm medo de morrer, eu não. Aliás, aqui na cadeia vocês não podem entrar e me matar... mas eu posso mandar matar vocês lá fora... Nós somos homens-bomba. Na favela, tem cem mil homens-bomba... Estamos no centro do Insólúvel, mesmo... [...] Já somos uma outra espécie, já somos outros bichos, diferentes de vocês.

À questão “Há uma solução?”, ele responde:

Vocês só podem chegar a algum sucesso se desistirem de defender a “normalidade”. Não há mais normalidade alguma. Vocês precisam fazer uma autocrítica da própria incompetência. [...] Estamos todos no centro do Insólúvel. Só que nós vivemos dele e vocês... não têm saída. [...] Como escreveu o divino Dante: “*Lasciate o gna speranza voi che entrate!*” Percam todas as esperanças. Estamos todos no inferno.

3 Os determinantes socioeconômicos da violência nos anos 2000

Em **primeiro lugar**, a urbanização crescente aparece como uma importante causa de violência, não apenas porque é, normalmente, pouco controlada, mas também porque, nas cidades, as relações de solidariedade que podiam existir se perdem. É o que aconteceu em grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Bogotá, Medellín, Cali, etc. no final dos anos 90. Atualmente, tendo diminuído o ritmo de crescimento dessas cidades, isso tem ocorrido menos. Em compensação, as cidades médias que

crecem mais rapidamente hoje têm tido um aumento da violência, como, por exemplo, cidades como Juarez, no México, a partir de 2000. A pobreza extrema é considerável ali, assim como a exclusão do sistema educativo (120 mil jovens com idade de 13 a 24 anos estão fora do sistema de educação e não entram no mercado de trabalho) (Guerrero Gutiérrez, 2011), o alto índice de desemprego dos jovens, principalmente masculino, o que, em um contexto machista, reforça ainda mais a violência para com as jovens, e, por fim, a falta de habitação também é significativa.

Boxe 4

Cidades e violência

No México, por exemplo, a taxa de homicídios era de 50 para cada 100 mil habitantes em 1930, época em que a maioria da população vivia no campo. Essa taxa subiu, então, chegando a 65, em 1940 e caiu novamente, chegando a 20, em 1965, com a industrialização e a urbanização; diminuiu para menos de 10 em 2000 e foi apenas em 2006 que voltou a subir, segundo as estatísticas governamentais, depois da guerra travada pelo Presidente Calderón contra os cartéis.

Cidade nem empre foi sinônimo de violência. Pode-se observar, em muitos países europeus, que a cidade foi um fator de pacificação durante muito tempo (Bauer, 2006). A violência estava nos campos. “A cidade civilizou, portanto, o crime, sobretudo o crime violento [...] o universo maravilhoso do eldorado rural imaginado pelos habitantes das grandes cidades nunca existiu” (Bauer, 2006, p. 23) (ver Mucchielli e Spierenburg (2009)). Com a urbanização das sociedades ocidentais, segundo Elias (1969, p. 188), “[...] a estabilidade particular dos mecanismos de autodisciplina psíquica [...] está diretamente ligada à monopolização da disciplina física e à crescente solidez dos órgãos sociais centrais”.

A situação mudou depois com a rápida expansão das cidades e a urbanização nos países desenvolvidos. Mudou mais rapidamente ainda na América Latina, com a expansão mais rápida das cidades e a urbanização menos controlada. Para uma redução estável da taxa de homicídios, é preciso que sejam criadas políticas específicas para as grandes cidades e para os bairros mais desfavorecidos. Focando os bairros, a política da cidade deve integrar uma política cultural que substitua as microculturas das gangues, aquelas que espalham o ódio por aqueles que não fazem parte do bando, normalmente o sexismo, que praticam, às vezes, a corrupção casada com a violência extrema, quando se trata de defender o *business* da droga, os jogos ilegais, etc. Essa política deve, porém, buscar integrar as culturas que provêm das populações excluídas, que vivem, normalmente, na informalidade, a exemplo dos grandes programas urbanos que favorecem a expressão de jovens talentos de bairros desfavorecidos. A política da cidade deve visar sobretudo a um acesso equivalente aos direitos universais para todo e qualquer cidadão, seja rico, seja pobre, índio, negro, mestiço ou branco, partindo da vivência das populações e de seus modos de expressão. A obrigação de resultado pode legitimar a aplicação de uma discriminação positiva em populações e bairros visados. Não exercer esse tipo de discriminação é deixar perdurar ressentimentos justificados pela amplitude das desigualdades, é deixar que se desenvolva a violência e deixar o campo livre para a repressão como única solução.

Em **segundo lugar**, o crescimento das desigualdades tende a acen-
tuar a violência. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que esse aumento
é sentido como especialmente injusto em países onde as desigualdades já
são muito grandes. Quando a política do Estado não é percebida como
sendo de natureza transformadora dessa evolução, a tentação de “taxar”
diretamente aqueles que aparecem como ricos torna-se, então, mais forte.
Atualmente, as desigualdades de renda diminuíram um pouco: os 10% mais
ricos veem sua parcela da renda nacional declinar; os 40% mais pobres
passam por uma melhora quanto à sua parcela da renda, e pode-se consi-
derar que o efeito dessa diminuição das desigualdades no índice de homicí-
dios é positivo.

Em **terceiro lugar**, o aumento do índice de escolarização secundária
constitui um fator que repercute de forma importante no índice de homicí-
dios, pois permite maior mobilidade social e aumenta a probabilidade, para
uma criança nascida em uma família pobre, de escapar da armadilha da
pobreza.

Em **quarto lugar**, quando a eficácia do sistema repressivo aumenta, a
taxa de homicídios diminui consideravelmente. Foi, em parte, o que se ob-
servou na Colômbia, a partir do fim dos anos 90. Deve-se salientar, todavia,
que a eficácia do sistema repressivo não pode ser confundida com uma
repressão mais forte. A eficácia do sistema repressivo está relacionada com
a qualidade das instituições. Se essa for fraca, se a corrupção atingir Polícia
(nacional, municipal) e Exército em todas as escalas, o aumento da repres-
são tem efeitos perversos. Quando é decretada “guerra” contra os cartéis da
droga sem que, paralelamente, tenha sido criada uma política social vigorosa
(construção de escolas, de moradia, etc.), a fragmentação dos cartéis
acaba gerando violência extrema, o que explica, por exemplo, o grande
aumento da taxa de homicídios no México, a partir de 2006. Enquanto o
aparelho repressivo permanece corrompido pela corrupção, enquanto uma
parcela significativa da Polícia continua envolvida com o tráfico e que uma
outra, ao mesmo tempo, está “marcada” por seu passado fortemente re-
pressivo (ditaduras, guerras civis recentes), a repressão constitui um fator
de aumento da violência.

Em **quinto lugar**, o crescimento do PIB *per capita* acarreta uma pe-
quena diminuição da taxa de homicídios. Assim, o crescimento é maior nos
anos 2000 do que era nos anos 90, e a transição demográfica continua
ocorrendo. A porcentagem de jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos na
população ativa total diminui com a deformação da pirâmide das idades, e
as possibilidades de conseguir um emprego para uma determinada taxa de
crescimento ficam maiores.

Conclusão

As causas do aumento e da diminuição da violência são múltiplas e entrecruzadas. Reduzir a violência quando ela atinge o nível que se vê em muitos países da América Latina é um pouco como tentar “fazer a quadratura do círculo”, tamanha a dificuldade. Há um conjunto de requisitos que visam deixar a sociedade mais coesiva e reduzir a violência: redução de maneira substancial das desigualdades socioeconômicas, incentivo de uma distribuição de renda mais igualitária, desenvolvimento da educação primária, da secundária e da profissional de qualidade, criação de políticas da cidade, investimento na qualidade das instituições, principalmente na da Justiça e na da Polícia, desenvolvimento de políticas de pacificação, como foi feito em Bogotá e como começa a ser feito nas favelas brasileiras. Enfim, a política social deve ser realmente audaciosa.

Referências

- BAUER, A. **Géographie de la France criminelle**. Paris: Odile Jacob, 2006.
- CAMACHO, M. [Depoimento]. **O Globo**, Rio de Janeiro, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/tortuga/Escalofriante-entrevista-con>>.
- CAMARA, M.; SALAMA, P. Homicides, les pauvres sont ils dangereux? **Revue Tiers Monde**, [S. l.], v. 44, n. 174, p. 393-417, 2003.
- COHEN, M.; RUBIO, M. **Violence and crime in Latin America**. [S. l., s. n.], 2007. (Solutions Paper). Disponível em: <http://www.iadb.org/res/ConsultaSanJose/files/ViolenceCrime_Cohen_SP_Final.pdf>.
- CRUZ, S. Homicidio masculino en Ciudad Juarez: costos de las masculinades subordinadas. **Frontera Norte**, Tijuana, v. 23, n. 46, p. 239-262, 2011.
- ELIAS, N. **La dynamique de l'Occident**. Paris: Calmann Levy, 1969.
- GUERRERO GUTIERREZ, E. **At the root of the violence**. Washington, D. C.: WOLA, 2011a.
- GUERRERO GUTIERREZ, E. Como reducir la violencia en Mexico. **Nexos**, México, D. F., nov. 2011. Disponível em: <<http://www.muebooks.com/nexos>>.

HAUT, F.; QUÉRÉ, St. **Les bandes criminelles**. Paris: PUF, 2001.

KESSLER, G. Crime organisé et violence en Amérique Latine et dans les Caraïbes. **Problèmes d'Amérique Latine**, [S. l.], n. 76, p. 7-23, 2010.

KESSLER, G. La extension des sentimientos de inséuridad en América Latina: relatos, acciones y politicas en el caso argentino. **Revista de Sociologia Política**, [S. l.], n. 19, p. 83-97, 2010a.

MELLO, J. de; SCHNEIDER, A. **Assessing São Paulo's large drop in homicides: the role of demography and policy intervention**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Working Paper).

MOHAMMED, M. On n'a pas tiré les leçons des émeutes de 2005. Entrevistadora: C. Rolland. **Le monde**, Paris, 10 déc. 2007. Disponível em: <http://www.rfi.fr/actufr/articles/095/article_59535.asp>.

MUCCHIELLI, L.; SPIERENBURG, P. (Org.). **Histoire de l'homicide en Europe: de la fin du Moyen Age à nos jours**. Paris: La découverte, 2009. (Collection Recherche).

PECAUT, D. Les configurations de l'espace, du temps et de la subjectivité dans un contexte de terreur: le cas colombien (Partie 1 et 2). **Cultures et Conflits**, [S. l.], 1998. Disponível em: <<http://www.rechercheisidore.fr/search/resource/?uri=10670/1.gi12js>>.

PECAUT, D. Trafic de drogue et violence en Colombie. **Cultures et Conflits**, [S. l.], n. 3, 1991. Disponível em: <<http://www.rechercheisidore.fr/search/resource/?uri=10670/1.odkglf>>.

PECAUT, D. Violence et politique: quatre éléments de réflexion à propos de la Colombie. **Cultures et Conflits**, [S. l.], n. 13-14, 1994. Disponível em: <<http://www.rechercheisidore.fr/search/resource/?uri=10670/1.ouo556>>.

PERALVA, A. Perspectives sur la violence brésilienne. **Revue Tiers Monde**, Paris, n. 167, p. 537-554, juil./sept. 2001.

RODGERS, D. **Youth gangs and violence in Latin America and the Caribbean: a litterature survey**. Washington, D. C: The World Bank, 1999.

RUBIO, M. **La mara, trucha y voraz: violencia juvenil organizada en Centroamérica**. Washington, D. C: Inter-American Development Bank, 2005. (Working Paper).

SANDOVAL, E. Economía de la fayuca y del narcotráfico en el noreste de Mexico: extorsiones, contubernios y solidaridades en las economías transfronterizas. **Desacatos**, México, n. 38, p. 43-60, 2012.

SULLIVAN, J. **From drug wars to criminal insurgency**: mexican cartels, criminal enclaves and criminal insurgency in Mexico and Central America. Implications for global security. Paris: FMSH, 2012. (Working Paper, n. 9).

SULLIVAN, J.; ELKUS, A. Cartel vs. cartel: Mexico's criminal insurgency. **Small Wars Journal**, Bethesda, M. D., v. 7, n. 11, Feb 2010. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/cartel-v-cartel-mexicos-criminal-insurgency>>.

SULLIVAN, J.; ELKUS, A. Open veins of Mexico: the strategic logic of cartel resource extraction and petro-targeting. **Small Wars Journal**, Bethesda, M. D., v. 7, n. 11, Nov 2011. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/open-veins-of-mexico>>.

TRANS-BORDER INSTITUTE. **Drug violence in Mexico**. San Diego: Université de San Diego, 2011.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICA (WOLA). **Annual report 2006**. Washington, D. C.: Wola, 2007.

ZALUAR, A. Oito temas para debate: violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 19-24, 2002.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 145-164, 2001.